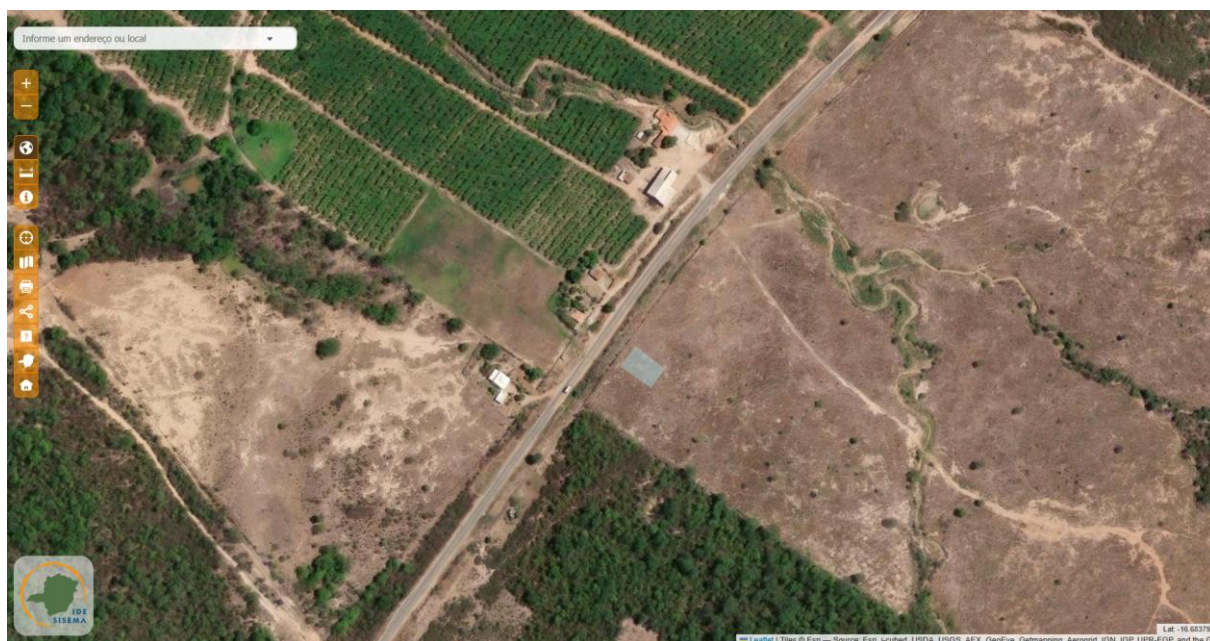




### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 03/2026**

O empreendimento Posto de Combustíveis Tião LTDA atuará no ramo de comércio varejista de combustíveis, exercendo suas atividades na Avenida Magno Souza Coutinho nº 13, distrito de Taquaral de Minas no município de Itinga/MG, conforme Figura 01 abaixo.

**Figura 1.** Poligonal da ADA do empreendimento.



**Fonte:** IDE-SISEMA (acessado em 12/11/2025).

Com o objetivo de regularizar a instalação/operação do posto, em 24/09/2025 foi formalizado via Ecossistemas/Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo administrativo nº 40230/2025 sendo enquadrado na modalidade licenciamento ambiental simplificado LAS/RAS, classe 2, com incidência do critério locacional “Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECav-ICMBio” de acordo com a Deliberação Normativa Copam nº 217/2017 e instruído com apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – RAS, elaborado sob a responsabilidade do Engenheiro Civil/Sanitarista com apresentação da ART MG20254097345/CTF 3217754.

A atividade objeto deste requerimento é classificada, segundo a DN 217/2017, “Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis



de aviação” (código F-06-01-7), cuja capacidade de armazenagem de 90 m<sup>3</sup> enquadra o empreendimento em Classe 2, Porte P; justificando a adoção do procedimento de licenciamento ambiental simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional “Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades (Peso 01)”, conforme figura 02 .

**Figura 2.** Poligonal da ADA do empreendimento inserida em área de Muito Alto potencial de ocorrência de cavidades



**Fonte:** IDE-SISEMA (acessado em 12/11/2025).

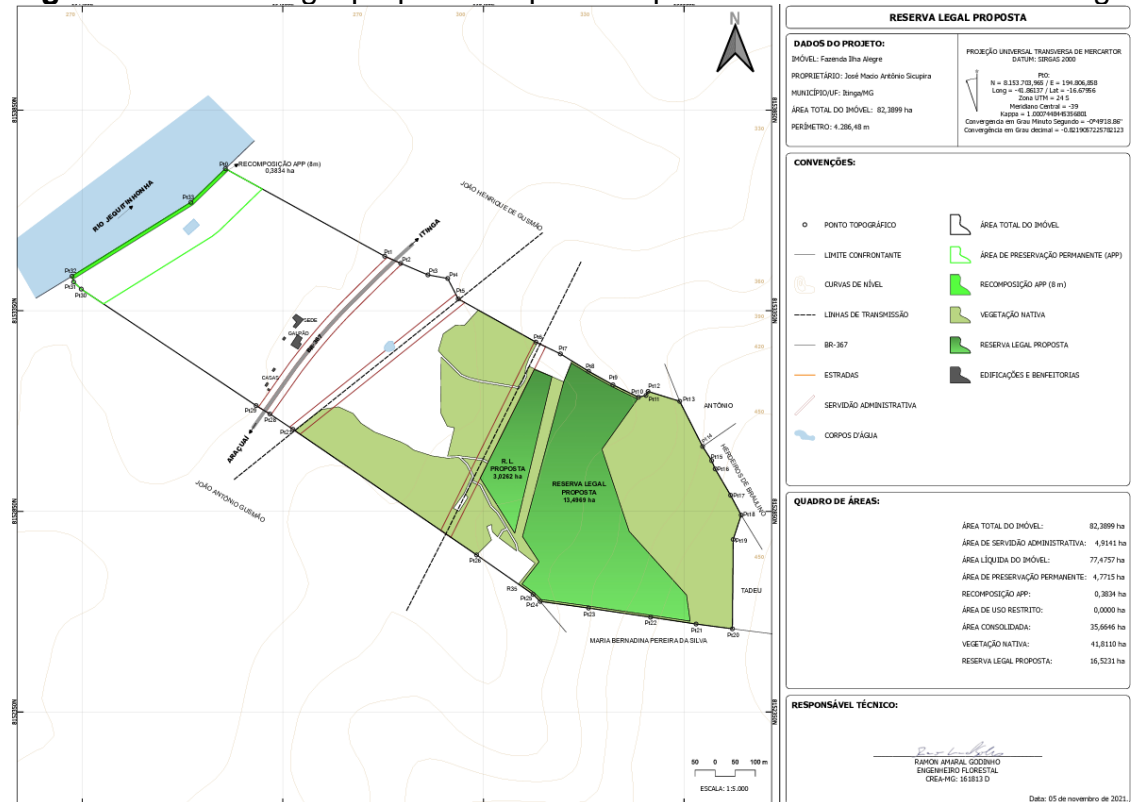
De acordo com o RAS apresentado, o empreendimento Posto de Combustíveis Tião LTDA está em fase de projeto. A área do empreendimento compreende a localidade denominada Humaitá-Ilha Alegre. Apesar de ter sido juntado ao processo documentos que indicam que o local onde se pretende instalar o empreendimento está localizado em área urbana (alvará de funcionamento, certidão conformidade municipal, CNPJ - endereço do contribuinte) foi apresentada Certidão De Inteiro Teor do imóvel Matrícula 038968.2.0024973-08, onde consta a informação de que se trata de imóvel rural. Como a política urbanista é de competência do ente municipal e com a finalidade de se resguardar a regularidade ambiental foi identificado, através do processo SEI nº 2100.01.0026171/2021-40 de Intervenção Ambiental, que a área do empreendimento não afeta a Reserva Legal do imóvel em questão- Fazenda Ilha Alegre.

A Reserva Legal foi realocada em 2022 de acordo com o Parecer nº 2/IEF/NAR DIVISA ALEGRE/2022, TERMO DE RESPONSABILIDADE/COMPROMISSO DE



AVERBAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE RESERVA LEGAL (SEI nº 41654125) tendo a conformação conforme mapa abaixo.

**Figura 3.** Reserva legal proposta e aprovada para o imóvel Fazenda Ilha Alegre.



Fonte: Processo SEI: 2100.01.0026171/2021-40, Documento SEI nº 39249594

Com relação à área diretamente afetada pelo empreendimento (ADA), consta do RAS, que o empreendimento possui área total de 5760,00 m<sup>2</sup>, sendo 627,84 m<sup>2</sup> de área construída (área útil do empreendimento). O empreendimento será composto por edificação para serviços de troca de óleo, lavador de veículos, borracharia e restaurante/lanchonete.

Foi informado que não há qualquer remanescente de vegetação nativa na área do empreendimento e que o mesmo não está localizado em área que possui recurso hídrico superficial. Através de imagem satélite foi possível constatar que no ano de 2021 a área pleiteada encontrava-se coberta com vegetação nativa. Após solicitação de informações complementares, foi apresentada a Autorização para Intervenção Ambiental - AIA nº 2100.01.0026171/2021-40 a qual regulariza intervenções ambientais no imóvel, mas não exatamente na área requerida. Em consulta ao processo de AIA, verificou-se que a área pleiteada para instalação do empreendimento foi classificada como "limpeza de área", fato não questionado pelos técnicos responsáveis pela emissão do documento de AIA. Neste caso, considerando que "limpeza de área" é atividade dispensada de autorização, conforme estabelece





art. 65 da Lei 20922/2013, têm-se que a intervenção ocorrida na área encontra-se devidamente regularizada.

**Figura 4.** Intervenções ambientais no imóvel



Fonte: Google Earth, acesso em 30/12/2025

O posto contará com a colaboração de 05 funcionários, 04 no setor de produção e 01 no setor administrativo e o regime de operação será de 02 turnos de 8 horas de trabalho por dia, 7 dias por semana e 12 meses por ano.

O Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustível (SASC) será composto por 4 tanques, sendo um de gasolina comum com capacidade de 30000 litros, um de etanol com capacidade de 20000 litros, um de diesel comum com capacidade de 30000 litros e um de diesel S10 com capacidade de 10000 litros, sendo prevista a instalação de tanques subterrâneos cilíndricos horizontais com construção em aço carbono com parede dupla (*double wall*) ou equivalentes. A situação das bombas, tubulações e equipamentos de segurança não foram informadas no RAS, sendo justificado que até o momento não houve a instalação dos equipamentos. O projeto prevê a instalação de válvula de recuperação dos gases do tanque e, em relação aos equipamentos e sistemas de controle, têm-se a relação abaixo:



**Quadro 1:** Equipamentos e sistemas de controle

4.5.3 Equipamentos e sistemas de controle		
Controle de Estoques	( ) Manual	(X) Automático
Monitoramento Intersetorial automático	(X) Sim	( ) Não
Poços de Monitoramento de vapor	( ) Sim	(X) Não
Câmara de acesso a boca de visita do tanque	(X) Sim	( ) Não
Câmara de contenção sob a unidade abastecedora	(X) Sim	( ) Não
Câmara de contenção da unidade de filtragem	(X) Sim	( ) Não
Canaleta de contenção da cobertura	(X) Sim	( ) Não
Descarga selada	(X) Sim	( ) Não
Câmara de contenção de descarga	(X) Sim	( ) Não
Válvula de proteção contra transbordamento	(X) Sim	( ) Não
Válvula de retenção de esfera flutuante	(X) Sim	( ) Não
Alarme de transbordamento	( ) Sim	(X) Não
Sistema de Segurança antiabaloamento	( ) Sim	(X) Não
Outros (descrever)		

Fonte: Relatório Ambiental Simplificado Posto Tião, Processo SLA 40230/2025

Foi apresentado balanço hídrico do empreendimento sendo a necessidade máxima de água de 0,76 m<sup>3</sup>/dia para lavagem de pisos e equipamentos e consumo humano. Foi informado que o abastecimento hídrico do empreendimento será ligado à rede da concessionária local, para o qual foi apresentada a comprovação por meio de Nota fiscal/Fatura de serviços emitida pela Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A – COPANOR.

Em relação às principais matérias-primas e insumos utilizados no empreendimento, foram citados combustíveis e óleos lubrificantes automotivos, graxas e fluídos diversos (ex.: fluido de freio, aditivos de motor e radiador), panos, estopas e materiais absorventes, produtos de higienização e limpeza e equipamentos de proteção individual (EPI) para funcionários.

Como principais impactos negativos inerentes à atividade e mapeados no RAS, tem-se a geração de efluentes líquidos industriais e sanitários; geração de resíduos sólidos e emissões atmosféricas.

Os efluentes líquidos industriais terão origem na lavagem de pisos e equipamentos sendo estimada uma geração de 0,010 m<sup>3</sup>/dia a serem destinados ao sistema separador de água e óleo (CSAO) a ser dimensionado conforme ABNT NBR 14605 e NBR 16413, o qual deverá possuir obrigatoriamente filtro complementar após a saída do sistema e antes do lançamento em sumidouro. Já os efluentes sanitários terão origem nas instalações sanitárias, sendo estimada uma geração de 0,007 m<sup>3</sup>/dia que serão destinados em rede pública (concessionária local). Os efluentes gerados no restaurante/lanchonete deverão ser destinados para caixa de gordura antes do lançamento na rede pública de esgoto.



Em relação às emissões atmosféricas, está prevista a emissão de vapores potencialmente tóxicos oriundos dos respiros e bocas de descarga dos tanques, sendo previsto o monitoramento periódico do sistema.

Em relação aos resíduos sólidos, está prevista a geração de 80 a 120 litros/ano de resíduos oleosos (óleos usados e contaminados) e 150 a 250 kg/ano de borra oleosa proveniente de caixas separadoras e sistemas de drenagem, papel toalha contaminado com óleo e frascos, os quais serão recolhidos periodicamente por empresa devidamente licenciada para coleta, transporte e destinação de resíduos Classe I, conforme legislação ambiental. Ressalta-se que os resíduos deverão ser armazenados temporariamente em área coberta e concretada até a coleta pela empresa especializada e licenciada para transporte e destinação final. O local deverá ser devidamente sinalizado e equipado com recipientes estanques e compatíveis com o tipo de resíduo armazenado, como bombonas plásticas, tambores metálicos e contentores específicos para materiais contaminados com óleo.

Não foram identificados e registrados no RAS outros impactos ambientais relevantes, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada. Cita-se ainda que não foram listados impactos positivos.

Em relação aos impactos socioeconômicos considerando que o posto será implantado em rodovia deverá atender aos termos da Lei Federal nº 11.577, de 22/11/07, que se refere à divulgação de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes, indicando como proceder à denúncia.

Foram apresentados o Plano de atendimento a emergências para postos de Combustíveis, Plano de manutenção de equipamentos e sistemas e procedimentos operacionais, Programa de treinamento básico em segurança e meio ambiente em postos de combustíveis acompanhados de registro de responsabilidade técnica.

Em relação ao critério locacional “Localização prevista em área de alto ou muito alto grau de potencialidade de ocorrência de cavidades, conforme dados oficiais do CECAV-ICMBio”, foi apresentado estudo conforme o respectivo Termo de Referência, sendo o responsável técnico o Engenheiro Ambiental e Sanitarista Especialista em Gestão Ambiental Leandro Lopes C\*\* CREA-MG 350\*\*3, ART MG20254311316/CTF AIDA 8604336.

O estudo de prospecção protocolado foi desenvolvido de forma amostral na área diretamente afetada (ADA) pelo empreendimento e no seu entorno em um raio de 250 foi realizada a partir de pesquisas bibliográficas e levantamentos de campo.

Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico visando conhecer os aspectos fisiográficos da região do empreendimento, compreendendo principalmente os aspectos geológicos e geomorfológicos. A análise bibliográfica também incluiu





consulta ao banco de dados da plataforma CECV/CANIE, com o intuito de averiguar preliminarmente a ocorrência de cavernas na região e na área de estudo.

A área foi descrita com predominância de rochas carbonáticas pertencentes ao Grupo Bambuí, representadas por calcários cinzentos a claros, dolomitos e margas, intercalados a níveis de folhelhos e arenitos finos. As estruturas locais observadas incluíram fraturas e falhas de direção preferencial NE-SW, compatíveis com a tectônica regional do Vale do Jequitinhonha, e relevo marcado por morros calcários e colinas suaves, intercalados a depressões aluviais do rio Jequitinhonha e de seus afluentes. Classificou o entorno do empreendimento como: ao norte sentido noroeste predomina com área na cultura de banana; ao oeste predomina com área na cultura de pastagem; ao oeste sentido sul área de cultura de pastagem com início de área rural com residências; ao sudeste: área comercial com empreendimento existente e ao leste área com vegetação.

**Figura 5.** Área prospectada



**Fonte:** Relatório de Prospeção Espeleológica POSTO DE COMBUSTÍVEIS TIAO LTDA, Processo SLA 40230/2025

O estudo foi conclusivo afirmando que não há na área em seu entorno nenhuma feição espeleológica que pudesse ser classificada como reentrância ou como cavidade natural subterrânea, verificando-se a viabilidade do empreendimento. O estudo foi



considerado satisfatório não tendo sido realizada vistoria, dessa forma a veracidade das informações é de responsabilidade do empreendedor e da consultoria por ele contratada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e do estudo do critério locacional, sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Posto de Combustíveis Tião LTDA” para a atividade de “Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação”, no município de Itinga-MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Importante destacar que este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS), demais documentos anexados aos autos do processo e informações complementares solicitadas por esse órgão, a equipe de análise não possui nenhuma responsabilidade sobre as informações prestadas pelo empreendedor. Sendo, portanto, o empreendedor e seu profissional técnico os únicos responsáveis pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.





## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento

#### “POSTO DE COMBUSTIVEIS TIAO LTDA”.

Item	Descrição da Condicionante Fase de implantação	Prazo*
1.	Apresentar relatório técnico fotográfico (fotos datadas e georreferenciadas) comprovando a implantação das seguintes estruturas: caixa SAO com filtro vinculado. Deverá ser apresentada a nota fiscal da caixa SAO e cálculo comprovando que a capacidade implantada atende ao volume de efluente estimado a ser gerado.	Antes de iniciar a operação
2.	Apresentar relatório técnico fotográfico (fotos datadas e georreferenciadas) comprovando a implantação das seguintes estruturas e sistema de controle associados: edificação para serviços de troca de óleo, lavador de veículos, borracharia e restaurante/lanchonete, ligação a rede de esgoto e água, depósito temporário de resíduos sólidos e resíduos contaminados.	Antes de iniciar a operação
3.	Apresentar relatório comprovando a destinação de resíduos e efluentes da fase de instalação;	Antes de iniciar a operação
4.	Apresentar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.	Antes de iniciar operação
5.	Apresentar Certificado expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO, relativo as tubulações/acessórios interligados ao compartimento de combustível.	Antes de iniciar operação
6.	Apresentar certificado do Programa de Treinamento de Segurança e Meio Ambiente, conforme determinação da Deliberação Normativa COPAM nº 108/2007 para todos os funcionários.	Antes de iniciar operação
	<b>Descrição da Condicionante Fase de Operação</b>	<b>Prazo*</b>
7.	Informar data de início da operação.	7 dias antes de iniciar operação
8.	Executar o “Programa de Automonitoramento” conforme Anexo II deste Parecer Técnico.	Durante a vigência da Licença Ambiental
9.	Apresentar relatório fotográfico (fotos datadas) comprovando atendimento aos termos da Lei Federal nº 11.577, de 22/11/07, que se refere à divulgação de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes, indicando como proceder à denúncia.	Anualmente, durante a vigência da licença.
10.	Apresentar, anualmente, no mês de aniversário da licença, relatório fotográfico (com fotos datadas) da manutenção do piso e dos canais de drenagem de efluentes das áreas de lavagem, de troca de óleo de veículos e abastecimento. Evitar permanência de rachaduras nos pisos e evitar obstruções dos canais que interligam estas áreas a caixa separadora de água e óleo.	Durante a vigência da licença



11.	Encaminhar à URA Jequitinhonha laudo atestando o devido funcionamento do sistema de monitoramento intersticial.	Anualmente, Durante a vigência da licença
12.	Apresentar a URA JEQ anualmente relatório técnico e fotográfico atestando monitoramento e manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos e componentes (tanques, tubulações, válvulas, conexões, bombas, todas as câmaras de contenção estanque e impermeável) do Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustível – SASC.	Anualmente durante a vigência da licença
13.	Apresentar relatório descritivo e fotográfico comprovando a limpeza e manutenção da caixa SAO	A cada dois anos após concessão da licença
14.	Apresentar comprovante de reciclagem treinamento dos funcionários em atendimento ao item 4.8.2 do Anexo 4 da DN COPAM nº 108/07 com cópia da habilitação da empresa ou profissional junto ao CREA/MG.	A cada dois anos após concessão da licença
15.	Apresentar, bianualmente Teste de Estanqueidade do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis (SASC), bem como Certificado de Calibração dos Equipamentos, conforme estabelecido na DN COPAM nº 108/2007 e respectivas ABNT/NBR, elaborado por profissional devidamente habilitado, acompanhado de sua respectiva ART (original). Apresentar cópia do certificado expedido pelo INMETRO da empresa responsável pela execução do teste.	Durante vigência da licença
16.	Apresentar Certificado de Conformidade expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, caso houver troca e/ou modificação no tanque de armazenamento subterrâneo de combustíveis, válvula antitransbordamento, tubulação não metálica, bem como das empresas instaladoras dos sistemas de armazenamento subterrâneo de combustíveis.	Durante a vigência da licença
17.	Apresentar a renovação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.	Durante vigência da licença
18.	O empreendedor deverá comunicar ao órgão ambiental responsável pelo licenciamento o encerramento de sua atividade ou de seu empreendimento, bem como sua paralisação temporária, quando ocorrer por período superior a noventa dias, nos termos do art. 38 do Decreto Estadual nº 47.383/2018 e da Deliberação Normativa nº 108/2008 do COPAM. A comunicação da eventual paralisação/encerramento da atividade deverá atender aos prazos e modos estabelecidos no referido artigo 38 e da DN 108 do COPAM, mediante o devido protocolo formal.	Durante a vigência da licença

#### OBSERVAÇÃO:

1. As comprovações do cumprimento das condicionantes dispostas neste Parecer devem ser protocoladas por meio de peticionamento intercorrente no Processo SEI nº 2090.01.0000244/2026-67. A mesma orientação se aplica aos possíveis pedidos de alteração ou exclusão de condicionantes.



2. Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante, sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A);
3. A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.
4. As normas e legislações específicas citadas neste Parecer devem ser observadas, inclusive as que vierem a alterá-las ou sucedê-las.

#### **IMPORTANTE**

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da URA-Jequitinhonha, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



## Anexo II

### Programa de Automonitoramento Licença Ambiental Simplificado – do empreendimento “POSTO DE COMBUSTIVEIS TIAO LTDA”.

#### 1. Resíduos Sólidos

##### 1.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019.

Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

##### 1.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

Resíduo		Transportador			DESTINAÇÃO FINAL		QUANTITATIVO total do semestre (tonelada/semestre)				
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável	Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	Obs.:

(\*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário  
quantidade armazenada)

8 - Armazenamento temporário (informar

4 - Aterro industrial 9 - Outras (especificar)

5 - Incineração

#### Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.





GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM  
Diretoria de Gestão Regional - DGR  
Unidade Regional de Regularização Ambiental Jequitinhonha

**PT LAS RAS nº 03/2026**  
Data: 09/01/2026

- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.

As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.